

Fim da repetência ainda é alvo de debate

Críticos reclamam da falta de diálogo na efetivação das reformas na rede estadual

LEONARDO TREVISAN

As críticas à área educacional do primeiro mandato de Covas voltaram-se principalmente para a reordenação da rede física e para o Regime de Progressão Continuada – o fim da repetência. Mario Sergio Cortela, ex-secretário da Educação no governo Luiza Erundina, reconhece que sua crítica à gestão Rose Neubauer é “menos no mérito das propostas e mais no modo como foram desenvolvidas”, sem a necessária discussão com os professores.

Cortela argumenta que, desde a década de 80, os impactos negativos da repetência por série vinham sendo discutidos. O governo Montoro introduziu o Ciclo Básico excluindo a reprovação da 1.ª série, o primeiro grande gargalo do sistema. Na gestão Erundina, a educação básica foi dividida em três ciclos “rompendo a lógica da seriação”, mas, segundo Cortela, “fazendo ampla discussão com o professorado municipal”.

O professor Francisco Aparecido Cordão, membro do Conselho Estadual de Educação e autor do parecer normativo de julho de 1997, autorizando o fim da repetência, argumenta que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação definiu que o compromisso das escolas é com a “aprendizagem e não com a seriação” e que a mudança

em São Paulo “apenas cumpre a lei”. Para ele, o fim da seriação não significa o fim da avaliação: “Verificar se o aluno não aprendeu é obrigação contínua da escola”. O conselho apenas regulamentou o que a nova LDB impunha. Embora Cordão concorde que ocorreu “pouca discussão” nas escolas, ele afirma estar em gestação uma “mudança qualitativa na educação pública” a partir do Regime de Progressão Continuada.

O professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Antonio Joaquim Severino diz ser preciso distinguir o “mérito das propostas e a metodologia de desenvolvimento” quando se avalia a gestão Neubauer. Severino avalia que o “ethos autoritário” típico da administração pública

provocou a “falta de diálogo”. As medidas tinham, em sua opinião, “bom conteúdo”. Ele afirma que a política da secretaria esteve muito marcada “pelo diapasão do Banco Mundial”, mas reconhece: “Em tese, o saldo não é negativo.”

Guiomar Namo de Melo, do Conselho Nacional de Educação e ex-secretária municipal da Educação no governo Covas, define como “anos de avanço” a gestão Neubauer: “Foram tomadas medidas estruturais antes adiadas.”

Ela julga essencial a reordenação da rede física para a municipalização do ensino. Guiomar diz que as críticas de falta de diálogo não procedem porque o “fórum mais legítimo, o Congresso Nacional, discutiu essas mudanças por mais de dez anos”.